

**V. OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS E DEPENDÊNCIAS
AUTÔNOMOS E DESCENTRALIZADOS**

COMISSÃO INTERAMERICANA DE REDUÇÃO DOS DESASTRES NATURAIS

A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) foi criada pela Assembléia Geral, por meio da resolução AG/RES. 1682 (XXIX-O/99), para enfrentar os problemas relacionados com os desastres naturais e servir de foro principal da Organização dos Estados Americanos (OEA) para analisar este tema em coordenação com as organizações nacionais competentes.

O Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência (FONDEM) foi criado pela Assembléia Geral por meio da resolução AG/RES. 1327 (XXV-O/95), para prestar auxílio disponível de natureza social, humanitária, material, técnica e financeira a qualquer Estado membro da Organização que esteja ameaçado, tenha sofrido ou esteja passando por uma situação de emergência, provocada por desastres naturais.

A resolução AG/RES. 2114 (XXXV-O/05) “Redução de desastres naturais e gestão de riscos” determinou a formação de um órgão consultivo conjunto (OC) da Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) e da Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI) com as seguintes funções principais:

- a. Trabalhar na implementação imediata das recomendações do Conselho Permanente estabelecidas nas “Recomendações da Comissão de Segurança Hemisférica sobre Redução de Desastres Naturais e Gestão de Riscos” (CP/CSH-718/05);
- b. Examinar os estatutos do FONDEM e do CIRDN e propor as modificações necessárias para criar uma única comissão interamericana permanente para abordar os desastres naturais e outros desastres.
- c. Convocar uma reunião de organismos de preparação para casos de desastre, com a participação de peritos governamentais, instituições sub-regionais do setor e peritos internacionais para intercambiar experiências e métodos de análise da vulnerabilidade e risco e do custo-benefício de investir na mitigação dos desastres naturais; e
- d. Desenvolver uma metodologia de financiamento orientada especificamente à prevenção de desastres naturais e à reconstrução e recuperação, caso ocorram.

O órgão consultivo conjunto reuniu-se pela primeira vez em 12 de setembro de 2005 e em outras duas ocasiões em 2006. As agendas das reuniões evidenciam o progresso alcançado na realização da tarefa confiada ao OC. As reuniões serviram de foro para o Departamento de Desenvolvimento Sustentável e organismos do Sistema Interamericano fazerem apresentações sobre temas como “A Resposta Interamericana – Experiências e desafios”, “Recomendações sobre gestão sistemática de riscos” e “Metodologia de financiamento orientada especificamente para a prevenção de desastres naturais e a reconstrução e recuperação caso ocorram”.

O progresso alcançado pelo OC no estabelecimento da Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) como uma única comissão interamericana permanente para abordar desastres naturais e outros desastres merece menção especial. Com isso não só foi criada uma entidade que consolida todos os esforços da OEA em matéria de desastres naturais e o mecanismo para continuar a implementação dos outros mandatos da resolução AG/RES. 2114, mas também se proporciona um foro único para estabelecer relações e coordenar atividades com outros organismos interessados na mitigação dos desastres naturais. Neste sentido, cumpre também mencionar a incorporação da Junta Interamericana de Defesa (JID) como membro do CIRDN.

FONDEM (Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência)

No período coberto por este relatório e em resposta a diversos desastres naturais na região, a Secretaria-Geral da OEA fez as seguintes contribuições em dólares dos Estados Unidos:

2005

El Salvador (Furacão e atividade vulcânica)	US\$15.000
México (Furacão e atividade vulcânica)	US\$15.000
Guatemala	US\$15.000
Grenada (Furacão)	US\$10.000

2006

Bolívia (Inundações)	US\$15.000
----------------------	------------

CENTRO DE ESTUDOS DA JUSTIÇA DAS AMÉRICAS

Em cumprimento aos mandatos constantes do Plano de Ação da Segunda Cúpula das Américas e às recomendações aprovadas nas Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, o Centro de Estudos da Justiça das Américas foi criado pela Assembléia Geral [AG/RES.1 (XXVI-E/99)] como entidade intergovernamental, com autonomia técnica e operacional. O Centro é regido por seu Estatuto e seu Regulamento e tem por objetivo promover o aperfeiçoamento dos recursos humanos, o intercâmbio de informações e outras formas de cooperação técnica e o apoio aos processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça na região.

Apoio à reforma da justiça criminal

No período a que se refere este relatório, e em apoio à reforma da justiça criminal, o CEJA desenvolveu o projeto piloto “Fortalecimento do sistema acusatório da Província de Buenos Aires”, com o objetivo de implementar um sistema de audiências orais que agilize a resolução de casos de flagrante, em Mar del Plata, Argentina.

Também foram preparados os seguintes estudos:

- “Acompanhamento das reformas processuais penais”, Córdoba, Argentina. Os estudos de acompanhamento das reformas procuram obter informações passíveis de confirmação sobre o funcionamento dos sistemas de justiça criminal, a fim de detectar seus principais problemas frente à consolidação de sistemas plenamente adversariais e públicos.
- “Gênero e reformas processuais penais (2ª etapa)” (Bolívia, Argentina). Prestar informações sobre de que maneira os sistemas de justiça criminal, especialmente os que foram objeto de reformas profundas nos últimos anos, se encarregam dos delitos que afetam principalmente mulheres: violência física e delitos sexuais.
- “Avaliação empírica da reforma processual penal chilena” (Chile). Por meio de uma licitação do CEJA em conjunto com a Fundação Paz Cidadã, foi adjudicado esse estudo cujo objetivo foi detectar as virtudes e deficiências da reforma processual penal chilena.
- “A reforma da justiça penal e os indígenas” (Bolívia, Chile, Colômbia, Guatemala e Peru). Proceder a uma primeira aproximação dos impactos e temas que decorrem da aplicação dos novos sistemas de justiça criminal de corte adversarial no problema indígena.
- “Manual de Defensoria Penal Pública para a América Latina e o Caribe”. Disponibilizar um conjunto de ferramentas obtidas com a experiência prática, para formular e administrar eficaz e eficientemente um sistema de defensoria penal pública.
- “Desafios do Ministério Público Fiscal na América Latina”. Detectar os principais problemas enfrentados pelo processo penal nos países em que o sistema de justiça processual penal foi reformado, no sentido de a eles proporcionar soluções criativas e inovadoras.

Foram ademais ministrados vários programas de capacitação, entre eles:

- Programa Interamericano de Formação de Capacitadores para a Reforma Processual Penal (segunda versão), que tem por objetivo melhorar os resultados dos processos de reforma da justiça penal na região, mediante a capacitação de um grupo relevante de líderes e da realização de atividades que reproduzam essa capacitação em seus respectivos países. Participaram alunos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, República Dominicana, México, Peru, Uruguai e Venezuela.

- Programa de formação CEJA, INECIP e Diário Judicial da Argentina. Dirigido a advogados e estudantes avançados de direito e a operadores do sistema penal, o curso de especialização ministrou conhecimentos básicos sobre as reformas processuais penais de caráter acusatório oral implementadas em vários países da região nas últimas décadas.
- Fortalecimento e modernização da administração de justiça no México. Consiste na organização de fóruns no México sobre temas chave no processo de reforma do sistema judicial, a fim de mostrar experiências comparadas e provocar debates no âmbito interno.

No período a que se refere este relatório, o CEJA organizou três seminários interamericanos: i) Terceiro Seminário Interamericano sobre Gestão Judicial, realizado em Manágua, Nicarágua, cujo objetivo era analisar experiências e lições aprendidas na formulação, implementação e funcionamento dos aspectos substantivos dos modelos de gestão de despachos e sua sustentabilidade quanto a aspectos organizacionais, funcionais, econômicos e culturais; ii) Seminário Interamericano de Justiça Civil, realizado em Santiago, Chile, com a finalidade de oferecer uma visão panorâmica dos principais aspectos em discussão com relação à reforma da justiça civil nos países da América Latina; e iii) Seminário Interamericano de Modernização do Processo Penal na América Latina, para dar continuidade ao debate sobre a situação atual e os desafios do processo penal em virtude das mudanças que as reformas processuais penais provocaram nos ministérios públicos.

Desenvolvimento de sistemas de informação e gestão judicial

Vários projetos vêm sendo desenvolvidos no sentido de fortalecer os sistemas de informação judicial, inclusive os seguintes: “Estatísticas judiciais penais para a Guatemala”, com o objetivo de realizar um levantamento de informação estatística no país e contribuir para o melhoramento de seus sistemas de informação; “Índice de acessibilidade à informação judicial via Internet”, com vistas a comparar o desempenho dos diversos países da Região, definindo o nível de acessibilidade que conferem à informação de seus sistemas judiciais; e um “Relatório sobre a Justiça nas Américas (2004-05)”, que pretende oferecer uma visão completa dos sistemas judiciais de todos os países da região, inclusive estrutura e características, funcionamento, produtividade e iniciativas de reforma em curso em cada um deles.

Também com relação ao apoio à gestão, vem sendo preparado o “Manual de Gestão Judicial”, com a finalidade de oferecer instrumentos e relatar experiências úteis no momento de abordar o desafio de formular ou reformular despachos judiciais.

Outras atividades

A fim de analisar em profundidade os sistemas de justiça e elaborar propostas inovadoras para a discussão das reformas judiciais, vem sendo preparado o estudo “Despesas judiciais”, que procura divulgar informação quantitativa acerca do orçamento público destinado às instituições do sistema de justiça nos países da região.

Para favorecer a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os atores chave do setor de justiça no âmbito regional, o programa “Estágios CEJA” constitui uma maneira eficaz de enriquecer o trabalho do CEJA com a participação de profissionais e/ou estudantes de diversos países das Américas ou, em alguns casos, de outros continentes.

Com o propósito de melhorar a informação sobre justiça nas Américas, o CEJA produziu e divulgou os instrumentos de informação a seguir relacionados.

- Centro de Informação Virtual do CEJA, a plataforma virtual mediante a qual o CEJA coloca à disposição da comunidade regional toda a informação que produz e/ou coleta, relativa aos sistemas judiciais. A página www.cejaamericas.org mostra o CEJA ao mundo e aos demais países das Américas, exibindo todos os documentos, estudos, atividades e informações que elabora ou compila.
- Biblioteca Virtual do CEJA, que presta informação sobre temas de justiça em geral e a reforma de justiça nos países membros da OEA.
- Boletim Nexos, que pretende ser uma ferramenta de comunicação com nosso público externo. Seu objetivo é proporcionar um resumo atual dos processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça nos países da América, informar sobre os eventos nessa área e proporcionar dados de serviço às pessoas e instituições que participam dessas atividades ou nelas têm interesse.
- Revista Sistemas Judiciais, publicada em conjunto pelo CEJA e pelo INECIP. Seu objetivo é promover a discussão e o intercâmbio de informações e experiências sobre o funcionamento da justiça nos países das Américas.
- Publicações CEJA. Por meio de suas publicações, o CEJA tenta atingir um público mais amplo que às vezes não dispõe de um sistema de Internet eficiente para acessar os estudos que se encontram disponíveis on-line. No caso de alguns estudos, o CEJA dispõe de edições limitadas impressas em papel, que também são distribuídas gratuitamente na região, mediante pagamento antecipado dos custos de remessa.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

O Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos foi criado em 22 de abril de 1971, mediante a resolução AG/RES. 35 (I-O/71), aprovada na nona sessão plenária da Assembléia Geral. Tem por função solucionar as controvérsias que possam surgir entre os membros do pessoal por motivo de decisões administrativas, inclusive as relativas ao Plano de Aposentadoria e Pensões da Secretaria-Geral. É constituído por seis membros e pela Secretaria do Tribunal.

No Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, o Tribunal foi representado pelo seu Secretário, Reinaldo Rodríguez Gallad. Nessa ocasião, o Senhor André M. Surena foi eleito por aclamação como juiz deste órgão até 2011.

Em outubro de 2005, o Tribunal, tendo convocado a totalidade de seus membros, realizou o seu Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões, com a presença dos juízes Morton Sklar (Presidente), Agustín Gordillo (Vice-Presidente), Alma Montenegro de Fletcher e José Antonio Arze Aguirre. Iniciado o período de sessões, o Juiz José Antonio Arze Aguirre tomou posse do seu cargo. Na oportunidade, foram considerados os seguintes temas: independência do Tribunal; Recurso Nº 283 Relinda Louisy v. Secretário-Geral; emendas ao Regulamento; comemoração dos 35 anos do Tribunal; e designação do Secretário do Tribunal. O Secretário informou sobre os resultados quantificáveis do orçamento do Tribunal de 2005 e tomou-se nota do orçamento para 2006, previsto na resolução AG/RES. 2157 (XXXV)-O/05). Também foram aprovadas as seguintes resoluções:

- Resolução 350 (LIII-O/05), Independência do Tribunal Administrativo
- Resolução 351 (LIII-O/05), Solicitação de correção de erros na Sentença Nº 151
- Resolução 352 (LIII-O/05), Comemoração dos 35 anos do Tribunal
- Resolução 353 (LIII-O/05), Emendas ao Regulamento do Tribunal
- Resolução 354 (LIII-O/05), Designação do Consultor/Secretário do Tribunal

Os membros do Tribunal, reunidos em sua quase totalidade, foram recebidos pelo Secretário-Geral, ao qual entregaram uma cópia da resolução 350 (LIII-O/05), “Independência do Tribunal Administrativo”.

Em 3 de outubro de 2005, realizou-se um almoço de trabalho com a participação dos membros do Tribunal presentes ao Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões do Tribunal e de distintos representantes da OEA e de tribunais administrativos do BAD, ONU, FMI e BID. Os temas discutidos giraram em torno dos problemas atuais desses órgãos. Nessa ocasião, assumiu-se o compromisso de participação na publicação do livro e na realização do seminário, ambos comemorativos do aniversário do Tribunal, tarefas a que a Secretaria tem se dedicado.

A Secretaria elaborou um novo projeto de emendas do Estatuto, o qual será distribuído aos membros do Tribunal e submetido à consideração do Conselho Permanente para, posteriormente, ser encaminhado à Assembléia Geral.

A Secretaria contratou os serviços da OITS/OEA para modificar a página do Tribunal na Internet, atualizando o sistema de busca de documentos, com a utilização do sistema Triblex, adotado pelo Tribunal Administrativo da OIT.

A Secretaria, a pedido de seus membros, elaborou os seguintes relatórios: Artigo XII do Estatuto do Tribunal; Independência do Tribunal; Jurisprudência de Tribunais Administrativos Internacionais sobre Contratos de Consultorias Externas; Política Salarial da SG/OEA.

A Secretaria, além de desempenhar as atividades que lhe correspondem conforme o Estatuto e o Regulamento do Tribunal, também cooperou com as comissões de trabalho do Conselho Permanente, CICTE, CIM e CEJA.

FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO

A Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD), criada em 1962, é uma entidade privada, não-governamental e sem fins lucrativos, que atua, mediante um Acordo de Cooperação com a OEA, no apoio a programas de desenvolvimento e ajuda a vítimas de desastres naturais e crises humanitárias. A OEA foi o primeiro organismo multilateral a instituir uma organização não-governamental, a FUPAD, como sua filiada.

O Secretário-Geral é o Presidente da Junta Diretora, constituída por 28 líderes do setor privado provenientes de todo o Hemisfério. A Presidenta da Fundação é Ruth Espey-Romero e o Diretor Executivo, John Sanbrailo. Todos os membros da Junta Diretora trabalham voluntariamente, servem de grupo de apoio à OEA e contribuem financeiramente e em bens para os programas da Fundação. A FUPAD mantém sua sede nas instalações da OEA, de quem aluga seus escritórios, responsabilizando-se ela própria por todos os seus custos e serviços.

A FUPAD tem por missão promover o desenvolvimento integral entre os mais necessitados da América Latina e do Caribe para “criar um Hemisfério de oportunidades para todos”. Essa tarefa se realiza por meio de alianças inovadoras com organizações privadas, públicas e sem fins lucrativos, em apoio às prioridades da OEA. Um dos objetivos mais importantes da Fundação é fortalecer a sociedade civil na região e mobilizar doações de empresas, pessoas solidárias, grupos cívicos, agências e organismos internacionais, tais como a USAID, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros. Também administra contribuições de entidades governamentais da região.

O período de março de 2005 a fevereiro de 2006 destacou-se pelas numerosas atividades desenvolvidas sob a direção do Secretário-Geral Interino, Luigi Einaudi, do Secretário-Geral, José Miguel Insulza, e do Secretário-Geral Adjunto, Albert Ramdin. A fim de responder à maior crise humanitária do Hemisfério, a FUPAD continuou a proporcionar emprego, capacitação técnica e outros serviços a milhares de deslocados pela violência na Colômbia e a cultivadores de coca que decidiram abandonar o cultivo ilícito no país. Nos últimos cinco anos, os programas da FUPAD beneficiaram mais de 300.000 colombianos, especialmente a população afro-colombiana, mulheres e crianças. Este ano a FUPAD obteve novos fundos da USAID, para dar continuidade, no período 2006-10, ao programa de ajuda aos deslocados na Colômbia, bem como colaborar com o desenvolvimento alternativo em zonas cocaleiras do país, em apoio às políticas do Governo colombiano e da OEA, desse modo consolidando sua democracia por meio do processo de paz.

A FUPAD também estendeu seu financiamento ao Haiti, para programas de desenvolvimento agrícola e rural, geração de emprego, ajuda a vítimas de desastres naturais, reconstrução de infra-estrutura e fortalecimento de organizações comunitárias, bem como para o combate ao tráfico de pessoas. Foi iniciado um programa de manejo de lixo e limpeza de ruas, com o propósito de gerar emprego em diversos bairros em conflito em Port-au-Prince, em apoio ao processo eleitoral assessorado pela OEA, utilizando recursos proporcionados pela USAID e trabalhando com a Fundação Yéle Haiti, criada pelo famoso cantor haitiano Wyclef Jean. Obteve-se uma nova doação para apoiar um modelo haitiano de community-driven development, financiado pelo Banco Mundial. Dentre outras iniciativas da FUPAD salientam-se a promoção de vínculos de cooperação entre organizações não-governamentais na fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, como meio de reduzir conflitos, proteger os direitos humanos e promover o diálogo e a paz.

A Fundação também ampliou suas atividades na cidade de El Alto, Bolívia, em projetos sociais e na reparação da infra-estrutura comunitária para apoiar o processo democrático. Com financiamento do

Fundo Produtivo Social (FPS) e do Banco Mundial, a FUPAD lançou um programa de assessoramento a municípios bolivianos na preparação e implementação de projetos rurais.

No período 2005-06, as doações da FUPAD chegaram a mais de US\$2,0 milhões em equipamentos médico-dentários e ferramentas para centros de capacitação técnica na Colômbia, Costa Rica, Peru, Uruguai e Venezuela, entre outros, que ajudaram organizações comunitárias a ampliar seus serviços aos beneficiários de baixa renda que não dispõem de acesso a serviços básicos. A Fundação continuou a intermediar novas doações de equipamentos médico-dentários, ferramentas para o desenvolvimento, ônibus escolares, carros de bombeiros, máquinas e equipamentos para diversos municípios da região.

Sob a liderança do Secretário-Geral, e com o objetivo de ajudar as ilhas caribenhas e outros países afetados por furacões e inundações, a FUPAD mobilizou mais de US\$1 milhão para ajuda humanitária e reconstrução em Grenada, Jamaica, Haiti, Guatemala, El Salvador e Bolívia, entre outros, com o apoio da OEA, da Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais, das Câmaras Americanas de Comércio e doadores privados como Chevron, Citigroup, Altria, Kraft Foods, Caterpillar, Stanford Financial, etc. A FUPAD utiliza as contribuições da OEA para conseguir doações adicionais do setor privado. Por dólar destinado pela OEA, a FUPAD obteve mais de US\$10 adicionais para beneficiar vítimas de desastres naturais. Também conseguiu uma doação do Escritório de Assistência Externa em Casos de Desastre (OFDA), da USAID, para facilitar a maior participação do setor privado em programas que visam a preparação para casos de desastre, bem como sua redução, em países como a Costa Rica, Colômbia e Trinidad e Tobago, entre outros.

Em apoio à Carta Democrática Interamericana, a Fundação também ampliou seus esforços por fortalecer entidades da sociedade civil em toda a região, criando vínculos com doadores privados e governamentais, a fim de intensificar as práticas e valores democráticos nas Américas. Cumpre salientar que a FUPAD obteve doações privadas para ONGs na Argentina, Brasil, Honduras e Peru, entre outros.

Também se ampliou a cooperação com os grupos hispânicos e caribenhos residentes nos Estados Unidos, a fim de canalizar suas remessas comunitárias para projetos de desenvolvimento, especialmente para educação e agricultura. Com este objetivo, trabalhou-se com 30 grupos latinos e caribenhos dos Estados Unidos, especialmente salvadorenhos e haitianos. Foram obtidos aproximadamente US\$2 milhões em contribuições desses grupos e de outros doadores para projetos em seus países. Com base nos bem-sucedidos projetos ALCANCE e Manos Unidas, foi consolidada uma parceria com o Banco Agrícola de El Salvador para ampliar projetos de desenvolvimento no país.

A FUPAD continua a procurar novos mecanismos e fontes de financiamento, com vistas à implementação de projetos com ONGs, grupos comunitários, municípios e empresas privadas, em apoio à OEA e às iniciativas da Cúpula das Américas.

JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS

Em conformidade com a resolução AG/RES. 123 da Assembléia Geral, aprovada em 14 de abril de 1973, e a resolução CP/RES. 124 do Conselho Permanente, de 10 de junho de 1975, a Junta de Auditores Externos é o órgão responsável pela auditoria externa das contas da Secretaria-Geral.

A Junta realizou sua reunião anual de 27 a 31 de março de 2006, com a finalidade de preparar seu relatório sobre a auditoria externa das contas e dos demonstrativos financeiros da OEA referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, em conformidade com o artigo 129 das Normas Gerais.

Em 10 de maio de 2006, a Junta apresentará suas observações no Relatório ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos: Auditoria de Contas e Demonstrativos Financeiros, 31 de dezembro de 2005 e 2004 (OEA/Ser.S JAE/doc.36/06). O relatório será dividido em cinco seções: a) comentários e recomendações para o melhoramento dos procedimentos operacionais e controles internos contábeis; b) demonstrativos financeiros da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos; c) demonstrativos financeiros da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento e da Fundação para as Américas; d) demonstrativos financeiros de outras entidades e organismos relacionados com a Organização dos Estados Americanos; e) demonstrativos financeiros do Fundo de Aposentadoria e Pensões (auditado pela empresa Ernst and Young, LLP).

Com base nos pareceres emitidos pela SB and Company, LLC, a empresa de auditores independentes, os demonstrativos financeiros correspondentes às entidades auditadas estão de acordo com os livros, documentos e comprovantes da Secretaria-Geral.

A Junta se reuniu com o Secretário-Geral a quem deu a conhecer os resultados da auditoria e suas recomendações, que deverão ser levados ao conhecimento da Assembléia Geral e do Conselho Permanente.

As recomendações mais significativas são descritas abaixo.

Ao Conselho Permanente:

- Conferir alta prioridade à arrecadação de cotas e definir métodos mais efetivos de incentivo ao pagamento oportuno de cotas atrasadas, de modo a reduzir o nível desses atrasos, e considerar possíveis mudanças nas exigências a serem cumpridas pelos Estados membros para o pagamento de suas cotas no início do exercício financeiro.
- Reafirmar a recomendação de que seja implementado um processo de planejamento que defina os objetivos e prioridades da OEA, de maneira a possibilitar a destinação de recursos orçamentários para o cumprimento das prioridades mais relevantes.
- Como iniciativa orçamentária estabelecer um mecanismo visível e sistemático que leve à economia de recursos.
- Considerar o uso de outras fontes de receita, inclusive a decisão de maximizar o potencial da propriedade da Junta Interamericana de Defesa, localizada na Rua 16 com Euclids em Washington, D.C.

À Secretaria-Geral:

- Realizar uma análise de custo que identifique todos os elementos administrativos de custo de supervisão utilizados no apoio aos fundos específicos. O mecanismo dela decorrente deverá ser eficaz no cálculo do custo referente a cada uma das propostas de doação aos fundos específicos.

- Proporcionar financiamento que assegure a capacitação adequada do pessoal fora da sede. Elaborar uma metodologia apropriada ao monitoramento e melhoramento dos controles internos dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.
- Assegurar que as políticas e procedimentos de controle interno referentes ao uso das bolsas de estudo sejam os mais adequados. Além disso, a OEA deverá desenvolver e colocar em prática um procedimento que assegure o cumprimento estrito de todas as políticas internas vinculadas ao processo de seleção e aprovação das bolsas e que seja devidamente documentado.

Após o resumo da situação financeira do Fundo Ordinário, dos fundos específicos e das contribuições especiais a ela destinadas, a OEA levou em conta as iniciativas da administração da Secretaria-Geral para colocar em prática as recomendações constantes do relatório da Junta do ano anterior, bem como outros pontos de interesse da Junta.

A Junta ressaltou que a empresa de auditores independentes emitiu pareceres sem ressalvas (“pareceres limpos”), que constituem o melhor resultado possível de uma auditoria, com respeito aos seguintes demonstrativos financeiros de 2005:

- Fundo Ordinário da OEA e fundos específicos
- Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento
- Fundação para as Américas
- Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe
- Fundo Comemorativo de Beneficência Rowe
- Escritório para a Promoção da Democracia
- Fundo da Junta Interamericana de Defesa
- Fundo Fiduciário de Benefícios Médicos
- Fundo de Aposentadoria e Pensões

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

A Junta Interamericana de Defesa (JID) foi instituída em 1942 para analisar e recomendar medidas para a defesa do Hemisfério. É a organização militar multilateral mais antiga do mundo. Promove a paz e a segurança do Hemisfério, bem como a confiança entre as partes, mediante vínculos de cooperação militar, e fortalece as relações entre civis e militares. A Junta Interamericana de Defesa (JID) promove interesses cooperativos de segurança no Hemisfério Ocidental. A Junta atua em assuntos como a remoção humanitária de minas e as medidas de fortalecimento da confiança, apoiando diretamente as metas da OEA e dos Ministros da Defesa. Supervisiona um programa acadêmico de nível superior sobre estudos de segurança e defesa no Colégio Interamericano de Defesa.

Com relação à remoção humanitária de minas, a JID continua a coordenar e supervisionar a Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América Central (MARMINCA) e na América do Sul (MARMINAS), no âmbito do Programa de Ação Integral contra as Minas Antipessoal (AICMA), da OEA. Cumpre salientar que nas duas missões foram empregados, durante o ano, 32 supervisores e monitores internacionais, representantes das Forças Armadas do Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Venezuela. Em dezembro de 2005, a MARMINCA concluiu o seu trabalho de remoção de minas na Guatemala; essa tarefa continua em cinco setores na região norte da Nicarágua. Em 15 de dezembro, a Guatemala terminou as operações de remoção humanitária de minas e declarou-se um país livre de minas antipessoal. No tocante à MARMINAS, em 2005 foram ministrados cursos de Remoção Humanitária de Minas a efetivos peruanos e equatorianos, dos quais participaram militares, policiais e funcionários. Também foram realizadas tarefas de monitoramento da remoção de minas no lado equatoriano. Até o final de fevereiro de 2006, a quantidade de minas e artefatos explosivos destruídos nas duas missões de remoção de minas totalizou 55.367 unidades, tendo sido limpa uma área total de quase 2.800.000 metros quadrados.

A JID está atualmente organizando um Grupo de Monitores Interamericanos para apoiar os compromissos da OEA em apoio ao Plano Nacional de remoção de minas na Colômbia. Este Grupo de Monitores tem o apoio voluntário das Forças Armadas do Brasil, Honduras e Nicarágua. A República Dominicana e o Equador também manifestaram sua disponibilidade de apoiar com pessoal técnico militar.

Quanto às medidas de fortalecimento da confiança e da segurança, foi dado cumprimento ao estabelecido na resolução AG/RES. 2113 (XXXV-O/05), atualizando-se o inventário das medidas aplicadas em 2004 no Hemisfério, com base nos relatórios dos Estados membros. Também foi preparado o inventário de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança de outras regiões do mundo. Ambos os relatórios foram encaminhados como o documento C-3183-S à Secretaria-Geral da OEA para serem apresentados oportunamente à Comissão de Segurança Hemisférica. Procede-se atualmente à atualização hemisférica e de outras regiões do mundo com base nas medidas aplicadas em 2005. Em 25 e 26 de abril de 2005, a JID participou do Primeiro Foro de Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, realizado pela Comissão de Segurança Hemisférica no Salão das Américas da OEA. Foram apresentados relatórios sobre essas medidas no Hemisfério e em outras regiões do mundo.

No que se refere à educação, o Colégio Interamericano de Defesa (CID) realizou seu curso de altos estudos para funcionários civis, pessoal militar e de segurança, que proporciona amplos conhecimentos profissionais e interdisciplinares sobre sistemas governamentais, contexto internacional, estrutura e funcionamento do Sistema Interamericano, análise das ameaças, preocupações e desafios pertinentes à segurança hemisférica, operações de manutenção da paz, desastres naturais, solução de conflitos e manejo de crises. Até esta data, esse curso foi concluído por 2.128 graduados, dos quais mais de 500 conseguiram

as mais altas patentes militares em seus respectivos países, inclusive os cargos de ministros da defesa. Cabe destacar que dois distintos graduados chegaram à Presidência de seus países.

Cabe mencionar que, com vistas à consecução de maior nível de excelência acadêmica, o CID oferece atualmente dois mestrados; um em Serviços Internacionais, com orientação em Segurança e Defesa, em coordenação com a American University, e outro em Defesa e Segurança, em coordenação com a Universidad del Salvador, da República Argentina. É oportuno mencionar também a viagem de estudos do CID à Argentina, ao Paraguai e ao Brasil.

Um aspecto relevante para o ano acadêmico 2005-06 é a inclusão de um módulo acadêmico sobre relações civil-militares na democracia. Este curso foi amplamente informativo e ofereceu importantes perspectivas e análises da dinâmica atual entre civis e militares nos países do Hemisfério.

Neste sentido, a fim de complementar e aprofundar conteúdos acadêmicos incluídos em seu plano de estudos, o desenvolvimento do Programa Amizade, surgido de um convênio assinado com a National Defense University (NDU), permitiu oferecer o “Curso de terrorismo e outras formas de violência organizada”. Esse programa permitiu aos alunos do CID, à NDU e a participantes da JID e da OEA a análise da ameaça que estes flagelos significam para a governabilidade democrática e a viabilidade econômica no contexto do reordenamento econômico e político que sucedeu à dissolução da ordem internacional bipolar, colocando em evidência a necessidade de uma efetiva cooperação regional e internacional para enfrentá-los com êxito.

A JID recebeu visitantes ilustres no período a que se refere este relatório, dentre os quais se destacam a do Senhor Secretário-Geral da OEA, a dos Senhores Embaixadores Representantes Permanentes da Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Guiana, Honduras, Peru, Paraguai e Venezuela, além das visitas do Senhor Ministro da Defesa da Guatemala e do Vice-Ministro da Argentina. Também se destacam as visitas de diferentes instituições: do Instituto Nacional de Guerra do Equador; dos Colégios de Guerra da Argentina, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, México e República Dominicana; dos Colégios de Comando e Estado-Maior da Guatemala e de Honduras; e do Centro de Estudos de Defesa Nacional da Guatemala.

Finalmente, em relação às atividades acadêmicas do CID merecem menção os trabalhos de pesquisa realizados pelos membros da Classe XLIV, que compõem um acervo de 35 monografias/tese dessa classe. A maioria dessas pesquisas está acessível na página do CID na Internet (<http://library.jid.org/en/mono44.htm>), mas todas elas podem ser consultadas na biblioteca do CID.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é uma instituição judicial autônoma da OEA que tem por objetivo a aplicação e interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte exerce competência contenciosa e consultiva e é constituída por sete juízes eleitos a título pessoal, na Assembléia Geral da Organização, pelos Estados Partes na Convenção.

No período a que se refere este relatório a Corte foi constituída, em ordem de precedência, pelos seguintes juízes: Sergio García Ramírez (México), Presidente; Alirio Abreu Burelli (Venezuela), Vice-Presidente; Oliver Jackman (Barbados); Antonio A. Cançado Trindade (Brasil); Cecilia Medina Quiroga (Chile); Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica); e Diego García Sayán (Peru). O Secretário da Corte é Pablo Saavedra Alessandri (Chile) e a Secretária Adjunta, Emilia Segares Rodríguez (Costa Rica).

Casos, medidas provisórias e pareceres consultivos

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos submeteu 10 casos contenciosos à consideração da Corte em 2005, a saber: Caso Nogueira de Carvalho contra o Brasil, Caso Servellón García e outros contra Honduras, Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaxa contra o Paraguai, Caso dos “Trabalhadores Demitidos do Congresso” contra o Peru, Caso Baldeón García contra o Peru, Caso Montero Aranguren contra a Venezuela, Caso Vargas Areco contra o Paraguai, Caso Goiburú e outros contra o Paraguai, Caso Claude Reyes e outros contra o Chile e Caso Luis Almonacid Arellano contra o Chile.

Oito solicitações de medidas provisórias foram submetidas à consideração da Corte em 2005, nos seguintes casos: “Massacre de Mapiripán” com relação à Colômbia, Gutiérrez Soler com relação à Colômbia, Ivcher Bronstein com relação ao Peru, López Álvarez com relação a Honduras, Ramírez Hinojosa e outros com relação ao Peru, Crianças e Adolescentes Privados de Liberdade no “Complexo do Tatuapé”, da FEBEM, com relação ao Brasil, Castañeda Gutman com relação ao México e Cesti Hurtado com relação ao Peru.

Períodos de sessões

No período a que se refere este relatório, a Corte realizou quatro períodos ordinários de sessões e um período extraordinário de sessões, nos quais considerou os assuntos a seguir enumerados.

No Sexagésimo Sexto Período Ordinário de Sessões, realizado de 28 de fevereiro a 15 de março de 2005, a Corte emitiu quatro sentenças, a saber: Caso das Irmãs Serrano Cruz contra El Salvador (mérito, reparações e custas), Caso Huilca Tecse contra o Peru (mérito, reparações e custas), Caso Caesar contra Trinidad e Tobago (mérito, reparações e custas) e Caso do “Massacre de Mapiripán” contra a Colômbia (exceções preliminares e reconhecimento de responsabilidade). Foram emitidas sete resoluções sobre medidas provisórias nos casos: James e outros com relação a Trinidad e Tobago, Liliana Ortega e outras com relação à Venezuela, Bámaca Velásquez com relação à Guatemala, Fermín Ramírez com relação à Guatemala, Comunidades do Juguamiandó e do Curbaradó com relação à Colômbia, Comunidade de Paz de San José de Apartadó com relação à Colômbia e Gutiérrez Soler com relação à Colômbia. A Corte também realizou sete audiências públicas nos seguintes casos: Comunidade Indígena Yakye Axa contra o Paraguai, “Massacre de Mapiripán” contra a Colômbia, YATAMA contra a Nicarágua, Gutiérrez Soler contra a Colômbia, Comunidades do Juguamiandó e do Curbaradó com relação à Colômbia (medidas provisórias), Comunidade de Paz de San José de Apartadó com relação à Colômbia (medidas provisórias) e Meninas Yean e Bosico contra a República Dominicana. Finalmente, foram emitidas duas resoluções de cumprimento de sentença nos seguintes casos: Loayza Tamayo (Peru) e Bámaca Velásquez (Guatemala).

Por ocasião do Vigésimo Sexto Período Extraordinário de Sessões, realizado de 9 a 13 de maio de 2005, em Assunção, Paraguai, a Corte emitiu uma resolução sobre a solicitação de parecer consultivo apresentada pelo Estado da Costa Rica e promoveu quatro audiências públicas nos seguintes casos: Palamara Iribarne contra o Chile, García Asto e Ramírez Rojas contra o Peru, Penitenciárias de Mendoza com relação à Argentina (medidas provisórias) e Comunidade Sarayaku com relação ao Equador (medidas provisórias).

Em seu Sexagésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, realizado de 13 a 30 de junho de 2005, a Corte emitiu seis sentenças, a saber: Caso Moiwana contra o Suriname (exceções preliminares, mérito, reparações e custas), Caso Comunidade Indígena Yakye Axa contra o Paraguai (mérito, reparações e custas), Caso Fermín Ramírez contra a Guatemala (mérito, reparações e custas), Caso YATAMA contra a Nicarágua (exceções preliminares, mérito, reparações e custas), Caso Lori Berenson contra o Peru (interpretação da sentença de mérito, reparações e custas), Caso Acosta Calderón contra o Equador (mérito, reparações e custas). Foram expedidas dez resoluções sobre medidas provisórias nos casos: López Álvarez com relação a Honduras, Massacre Plan de Sánchez (Salvador Jerónimo e outros) com relação à Guatemala, Blake com relação à Guatemala, Liliana Ortega e outras com relação à Venezuela, Boyce e Joseph com relação a Barbados, Povo Indígena Sarayaku com relação ao Equador, Penitenciárias de Mendoza com relação à Argentina, “Massacre de Mapiripán” com relação à Colômbia, Pilar Noriega García e outros com relação ao México e Eloisa Barrios e outros com relação à Venezuela. A Corte também realizou três audiências públicas nos seguintes casos: Blanco Romero e outros contra a Venezuela, López Álvarez contra Honduras e Eloisa Barrios e outros com relação à Venezuela (medidas provisórias). Finalmente, a Corte emitiu uma resolução sobre a solicitação de parecer consultivo apresentada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e uma resolução de cumprimento de sentença no Caso dos Meninos de Rua (Villagrán Morales e outros) (Guatemala), bem como uma resolução geral sobre cumprimento de sentenças e um acordo sobre traduções.

No Sexagésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões, realizado de 7 a 24 de setembro de 2005, a Corte emitiu cinco sentenças, a saber: Caso das Meninas Yean e Bosico contra a República Dominicana (exceções preliminares, mérito, reparações e custas), Caso Irmãs Serrano Cruz contra El Salvador (solicitação de interpretação da sentença sobre o mérito, reparações e custas), Caso Gutiérrez Soler contra a Colômbia (mérito, reparações e custas), Caso do “Massacre de Mapiripán” contra a Colômbia (mérito, reparações e custas) e Caso Raxcacó Reyes contra a Guatemala (mérito, reparações e custas). Foram emitidas seis resoluções sobre medidas provisórias nos casos: Fermín Ramírez com relação à Guatemala, Luisiana Ríos e outros (Radio Caracas Televisión – RCTV) com relação à Venezuela, López Álvarez e outros com relação a Honduras, Penitenciária Urso Branco com relação ao Brasil, Ramírez Hinostroza e outros com relação ao Peru e Eloisa Barrios e outros com relação à Venezuela. A Corte também realizou três audiências públicas nos casos “Massacre de Pueblo Bello” contra a Colômbia, Acevedo Jaramillo e outros (SITRAMUN) contra o Peru e Ituango contra a Colômbia. Finalmente, neste período ordinário de sessões, a Corte emitiu oito resoluções sobre cumprimento de sentença nos seguintes casos: Juan Humberto Sánchez (Honduras), Trujillo Oroza (Bolívia), Myrna Mack Chang (Guatemala), Herrera Ulloa (Costa Rica), Barrios Altos (Peru), Maritza Urrutia (Guatemala), Ivcher Bronstein (Peru) e “Cinco Pensionistas” (Peru).

No Sexagésimo Nono Período Ordinário de Sessões, realizado de 17 de novembro a 2 de dezembro de 2005, a Corte emitiu cinco sentenças, a saber: Caso Palamara Iribarne contra o Chile (mérito, reparações e custas), Caso Gómez Palomino contra o Peru (mérito, reparações e custas), Caso García Asto e Ramírez Rojas contra o Peru (exceção preliminar, mérito, reparações e custas), Caso Blanco Romero e outros contra a Venezuela (mérito, reparações e custas) e Caso Ximenes Lopes contra o Brasil (exceção preliminar). Foi emitido o parecer consultivo OC-19 (Controle de Legalidade no Exercício das Atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (artigos 41 e 44 a 51 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos) solicitado pela Venezuela. Foram emitidas três resoluções sobre

medidas provisórias nos casos: Pilar Noriega García e outros com relação ao México, Castañeda Gutman com relação ao México e Crianças e Adolescentes Privados de Liberdade no “Complexo do Tatuapé”, da FEBEM, com relação ao Brasil. A Corte também realizou duas audiências públicas nos casos Crianças e Adolescentes Privados de Liberdade no “Complexo do Tatuapé”, da FEBEM, com relação ao Brasil (medidas provisórias) e Ximenes Lopes contra o Brasil. Finalmente, no decorrer deste período ordinário de sessões, a Corte emitiu três resoluções sobre cumprimento de sentença nos seguintes casos: Baena Ricardo e outros (Panamá), Cantos (Argentina) e Irmãos Gómez Paquiyauri (Peru).

No período a que se refere este relatório, a Corte aprovou decisões ou pareceres que continuam a contribuir para a formação e consolidação da jurisprudência interamericana na área de direitos humanos. Entre os pontos mais destacados da doutrina jurisprudencial deste Tribunal em 2005 figuram os seguintes: proteção de direitos nas relações entre indivíduos, vida digna, direito à vida e à liberdade de associação, pena de morte, execuções extrajudiciais, tortura e investigação da prática de tortura, penas corporais, condições carcerárias, detenção, desaparecimento forçado e habeas corpus, princípio de legalidade e retroatividade, excludentes de responsabilidade penal, liberdade de pensamento e expressão, direito à nacionalidade, personalidade jurídica e nome, direitos de propriedade e de autor, terras ancestrais de comunidades indígenas, deslocamento forçado de pessoas, direitos da criança, direitos políticos, jurisdição penal militar, notificação ao réu da acusação contra ele formulada, assistência consular, correlação entre acusação e sentença, prisão preventiva, controle jurisdicional do processo eleitoral, controle de legalidade no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e situação das prisões.

Nos cinco períodos de sessões mencionados, a Corte considerou ademais diversos assuntos nela pendentes e analisou os diferentes relatórios apresentados pela Comissão, as vítimas ou seus representantes e os Estados implicados, em que tenham sido adotadas medidas provisórias ou que se encontrem na etapa de cumprimento de sentença. Finalmente, em 11 de maio de 2005, membros da Corte e da Comissão mantiveram uma reunião conjunta na cidade de Assunção, Paraguai, em que foram analisados os desafios presentes e futuros do Sistema Interamericano.

ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL

As atividades do Escritório do Inspetor-Geral (OIG) regem-se pelo disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral (SG) -- Capítulo IX, Assessoramento, Auditoria e Fiscalização Financeira, pelas Normas Orçamentárias e Financeiras, e pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1.

Auditorias

No período de 1º de março de 2005 a 28 de fevereiro de 2006, o OIG levou a cabo oito auditorias e três investigações, a fim de avaliar as operações e assegurar o cumprimento das diretrizes e realizar uma revisão sistemática da contabilidade interna e dos sistemas administrativos. Na execução de suas atividades, o Escritório concentrou-se principalmente em operações de alto risco e naquelas cuja eficiência, economia e eficácia poderia ser aumentada. O OIG atuou com ampla liberdade e independência na execução de suas atividades, e com absoluto acesso a todas as funções, atividades, operações, registros, propriedades e funcionários da Secretaria-Geral, tanto na sede quanto nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

Neste período também foram realizadas as atividades operacionais das auditorias na sede para avaliar os controles internos e administrativos e assegurar o cumprimento das diretrizes e dos procedimentos da OEA. O OIG examinou os Mecanismos dos Contratos por Tarefa (CPRs), as aplicações do Oracle, as contribuições do Fundo Específico para Apoio Administrativo e Direção Técnica e o Instituto Interamericano da Criança (IIN). Também foram examinadas as atividades dos Escritórios da Secretaria-Geral nas Bahamas, Bolívia, Equador e Saint Kitts e Nevis para determinar se suas atividades foram executadas em conformidade com as normas e procedimentos da OEA. O OIG realizou também as seguintes três investigações na sede e fora da mesma: 1) Manutenção e gastos de edifícios em 2004; 2) Transações financeiras e procedimentos de compras na SG/OEA em Honduras; e (3) Telefones celulares na sede da SG/OEA.

O Escritório também avaliou 19 projetos executados em vários Estados membros para assegurar conformidade com os acordos e determinar se os objetivos foram cumpridos. Os projetos sujeitos a auditoria foram os seguintes: 1) Programa de Assistência à Ação Integral contra as Minas Antipessoal no Peru (AICMA); 2) SAP – Bacia Binacional do Rio Bermejo; 3) Desenvolvimento e Implementação de Prevenção e Solução Conflitos na Bolívia; 4) Transição Democrática - 2004; 5) Avaliação Generalizada do Uso da Terra e Ferramenta de Administração (GLEAM); 6) Programa de Treinamento e Certificação do Turismo; 7) Melhoramento da Metrologia Legal; 8) Fortalecimento da Administração do Serviço ao Cliente/Desenvolvimento do Pessoal; 9) Técnicas de Treinamento para Desenvolvimento da Comunidade; 10) Projeto para o Desenvolvimento Geotérmico do Caribe Oriental; 11) AICMA- Equador (Programa de Remoção de Minas); 12) Fortalecimento e Consolidação da Gestão Empresarial da PME comunitária Jambi Kiwa; 13) Capacitação Ocupacional a Pessoas Portadoras de Deficiência Física; 14) Aprendizagem e Capacidades Inatas em Crianças entre 2 ½ e 5 Anos na Área Rural de Quito; 15) Programa Centro-Americano para o Fortalecimento do Diálogo Democrático; 16) Honduras: Salvemos o Primeiro Grau; 17) Ajudando o Desenvolvimento do Setor Nutracêutico na Jamaica; 18) Ajuda Pedagógica para a Integração de Menores no México; 19) Iniciativa para o Desenvolvimento da Capacidade Técnica Pedagógica na Nicarágua.

Outras Atividades

O Escritório do Inspetor-Geral continuou avaliando respostas e dando seguimento às ações corretivas para assegurar que as recomendações emitidas pela OIG foram implementadas de forma efetiva. O Escritório continuou prestando assessoramento e assistência por meio de suas análises, avaliações, investigações e

recomendações e participou como observador em vários comitês da Secretaria-Geral, e mediante a apresentação de relatórios às diversas instâncias estabelecidas.

COMISSÃO PARA O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A CFDH foi estabelecida pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 1. Conta com uma secretaria em nível de departamento e é constituída de três seções: Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe e Portal Educacional das Américas.

Bolsas de Estudo e Treinamento

O Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA continuou colaborando com os Estados membros em seus esforços para alcançar seus objetivos de desenvolvimento integral mediante o desenvolvimento de seus recursos humanos nas áreas prioritárias estabelecidas pelas Cúpulas das Américas, pelo Plano Estratégico de Cooperação Solidária do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e pela Assembléia Geral da Organização. Na consecução deste objetivo, em 2005 o Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA concedeu mais de 900 bolsas para estudos acadêmicos e desenvolvimento profissional a pessoas qualificadas dos Estados membros da OEA.

O Programa sofreu uma transformação radical nos últimos anos, deixando de ser um mero administrador passivo dos recursos do mesmo para ser uma fonte de novas e inovadoras formas de expansão de oportunidades educacionais na região.

Nesse sentido, continuou apoiando o desenvolvimento das capacidades dos países da região por meio da implementação de uma série de estratégias orientadas à expansão dos serviços de bolsas de estudo nos Estados membros para estudos de pós-graduação e de pesquisa, estudos de graduação e formação profissional.

Os esforços de modernização levados a cabo resultaram num significativo aumento da eficácia do Programa, o que levou a um aumento de cerca de 45% no número de bolsas de pós-graduação concedidas no período de 2001 a 2005.

A modernização e maior eficiência do Programa foi alcançada por meio, entre outras, das seguintes estratégias: i) implementação de mecanismos inovadores para melhorar a relação custo-benefício do Programa com vistas à maximização do número de bolsas de estudo concedidas com os recursos disponíveis. Esta estratégia teve dois componentes: de um lado, o mecanismo de colocação de bolsistas por parte da OEA e, de outro, o estabelecimento do Consórcio de Universidades da OEA. No momento, participam do Consórcio cerca de 60 instituições de excelência em mais de 12 países da região; ii) a identificação e implementação de estratégias destinadas a aumentar o acesso ao ensino superior e à formação profissional e técnica, por meio da intensificação dos esforços para expandir a modalidade de estudos à distância. Em 2005, o Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento celebrou um acordo de co-financiamento de mestrados à distância com o Instituto Tecnológico de Estudos Superiores de Monterrey (ITESM); iii) o desenvolvimento de alianças com programas de bolsas de estudo atualmente existentes em Estados membros e em Estados Observadores Permanentes mediante a identificação e celebração de acordos com instituições nacionais. Além do programa conjunto de bolsas no campo da ecologia que o Programa de Bolsas de Estudo da OEA mantém com o Programa Fulbright, a Secretaria-Geral da OEA, o Ministério de Planejamento e Cooperação do Chile (MIDEPLAN) e a Agência de Cooperação Internacional do Governo do Chile (AGCI) assinaram um Acordo de Cooperação que prevê o co-financiamento de bolsistas do Programa de Bolsas de Estudo Presidente da República nas instituições que integram o Consórcio de Universidades da OEA. Estão em andamento negociações com entidades semelhantes na Argentina, Brasil e Colômbia.

Não obstante os resultados alcançados nos últimos três anos, as perspectivas de uma continuada expansão das oportunidades educacionais apresentam uma série de desafios devido aos crescentes custos de matrícula e ao aumento do custo de vida, bem como aos escassos recursos disponíveis. Esses aspectos, junto com outros, estão sendo atualmente considerados no processo de análise e transição em que se encontra atualmente o Programa de Bolsas de Bolsas de Estudo.

Com referência às bolsas de estudo concedidas em 2005, foram mantidas cerca de 430 bolsas para estudos acadêmicos de longo prazo e para pesquisa em universidades em toda a região. Os estudos são realizados em áreas prioritárias oportunamente estabelecidas.

Em matéria de estudos de pós-graduação (em nível de mestrado e doutorado) em instituições de ensino superior da região, o número de estudantes que se beneficiaram com estas se elevou a um total de 405 bolsistas dos quais 168 correspondem a novas bolsas e 237 a prorrogações de bolsas de estudo já existentes (ver o Anexo F, Quadro 1).

Com referência a estudos de pré-graduação para estudantes elegíveis para completar os últimos dois anos de estudos conducentes a um título de Bacharel ou Licenciado ou seu equivalente, estes se aplicam para os países do Caribe de língua inglesa. A resolução AG/RES. 1387 (XXVI-O/96) estendeu os benefícios deste Programa à Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Bolívia, Equador e Paraguai, sujeito à obtenção de recursos externos. Em 2005, foram concedidas 23 bolsas de estudo presenciais de pré-graduação das quais 14 corresponderam a bolsas de estudo novas e nove a prorrogações (ver o Anexo F, Quadro 2).

No que se refere às bolsas de estudo para o desenvolvimento profissional, as mesmas oferecem oportunidades para a atualização em campos de especialização relacionados com as áreas prioritárias da OEA e do CIDI. Estas bolsas são oferecidas pelos Governos dos Estados membros e Estados Observadores Permanentes da OEA, organizações regionais ou internacionais, organismos públicos e privados, e instituições de ensino superior por meio de co-financiamento da OEA. As bolsas de desenvolvimento profissional também são oferecidas para realizar programas específicos de estudos propostos pelos Comitês e Comissões Interamericanos da OEA ou pelas unidades técnicas da Secretaria-Geral, em apoio a suas respectivas atividades. Este tipo de bolsas de estudo tem se concentrado nas áreas de telecomunicações, Direito Internacional, direitos humanos e jornalismo. Em 2005, foram concedidas 571 bolsas de atualização profissional (ver o Anexo F, Quadro 3).

Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe

Este Fundo concede empréstimos educacionais a indivíduos competentes de países latino-americanos e do Caribe para ajudá-los a financiar seus estudos de nível superior nos Estados Unidos, entendendo que, uma vez concluídos esses estudos, os estudantes devem regressar a seus respectivos países com o ânimo de colaborar para o desenvolvimento e bem-estar destes. Além disso, concede empréstimos a membros do pessoal da Secretaria-Geral da OEA, quer seja para seus estudos, os estudos de seus dependentes, ou para emergências, os quais, ao contrário dos empréstimos a estudantes, estão sujeitos à cobrança de juros.

Tem se conseguido de maneira progressiva, nos últimos anos, uma melhor distribuição geográfica na carteira de empréstimos, resultando em maior equidade de gênero na distribuição dos recursos do Fundo. Em 2005, foram concedidos 79 empréstimos por US\$373.232 distribuídos da seguinte maneira: 54 empréstimos a estudantes por um total de US\$275.570 e 25 empréstimos a membros do quadro de pessoal por US\$97.462. Além disso, em 2005 foram adotadas uma série de políticas tendentes a conseguir maior equilíbrio entre a necessidade de fortalecer a posição financeira de longo prazo do Fundo Rowe e os objetivos filantrópicos que animaram seu estabelecimento em 1948. Essas políticas estão relacionadas

com o melhoramento de alguns procedimentos administrativos, bem como com os períodos e modalidades de recuperação dos empréstimos concedidos a estudantes.

Portal Educacional das Américas

No período abrangido por este relatório, o Portal levou a cabo, entre outras, as seguintes atividades: i) manutenção da plataforma técnica educacional em linha (Aula Virtual), que proporciona acesso a oportunidades de formação profissional para indivíduos que não podem sair de casa ou do trabalho; ii) desenvolvimento e realização de 35 cursos de educação à distância por meio da Aula Virtual, incluindo: “Qualidade da Educação Básica” (versões em inglês, espanhol e português); “Introdução à Formulação de Estratégias de Governo Eletrônico” (versões em inglês, espanhol e português); “Educação Alimentar” (versão em espanhol); “Como Ensinar Ética, Capital Social e Desenvolvimento na Universidade?” (versão em espanhol); iii) promoção da educação à distância por meio de alianças estratégicas com universidades, centros de excelência e consórcios de ensino superior e universitário do Hemisfério; iv) distribuição de quase 100 revistas e monografias gratuitas por meio da biblioteca virtual, as quais incluem La Educ@ción, a coleção INTERAMER, a Revista Interamericana de Bibliografía (RIB) e a série Tendencias para un Futuro Común; v) preparação e publicação da versão digital da revista La Educ@ción; vi) divulgação de informação sobre 4.500 diferentes programas e cursos de cerca de 1.500 universidades acreditadas de toda a região por meio de um banco de dados que permite a busca de informação; vii) divulgação mensal de notícias e eventos sobre a educação à distância na região; viii) execução de um projeto do FEMCIDI para capacitar educadores e promover a criação de capacidade na região; ix) manutenção e divulgação de informação sobre o Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA; x) desenvolvimento de manutenção da infra-estrutura necessária para promover reuniões virtuais, salas de diálogo, foros e as instalações e ferramentas necessárias para criar sítios na Internet; xi) elaboração e divulgação de seções editoriais e de boletins mensais.

No contexto dos mandatos conferidos pelos órgãos dirigentes, em matéria de formação de recursos humanos por meio do Portal, os serviços são prestados por uma taxa mínima destinada à recuperação parcial de gastos e que contribui para a sua sustentabilidade parcial. Nesse sentido, a renda proveniente das atividades do Portal até a data se eleva a mais de US\$800.000 a título de matrículas, contribuições de fundos voluntários e doações do setor privado.

No que se refere a seu rendimento operacional, o Portal contribuiu para a formação, atualização e capacitação de quase 14.000 profissionais da região (ver o Anexo F, Quadro 4). Por sua vez, desde seu lançamento (setembro de 2001), o Portal recebeu mais de 340 milhões de acessos provenientes de 210 países e territórios do mundo (ver o Anexo F, Quadro 5). Em 2005, contou com uma média de 8,2 milhões de acessos por mês, e uma média de 1.200 novos usuários se registram mensalmente no Portal. No momento, quase 14.000 sítios na Internet remetem visitantes ao Portal Educacional.

O Portal Educacional das Américas integra o Instituto de Estudos Avançados para as Américas (INEAM). Este foi estabelecido em 2001 pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI). O INEAM é um metacampus virtual destinado a fortalecer a formação e capacitação de recursos humanos mediante o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) com um enfoque interdisciplinar e multisetorial. Participam das mesmas universidades e centros de ensino superior do Hemisfério para, além dos serviços que oferecem em seus diversos países, levar algumas dessas ofertas educacionais por meio do INEAM utilizando suas respectivas plataformas ou a infra-estrutura do Portal. Dentre as diversas ações levadas a cabo em 2005, merecem destaque as seguintes: o fortalecimento das atividades, programas e serviços do Portal com outras instituições, tais como a OUI, UDUAL, ISTEAC, OEI, entre outras; a constituição de órgãos dirigentes e assessores do INEAM em caráter ad honorem e voluntário; os trabalhos para estabelecer, junto com a Organização Universitária Interamericana, dois centros acadêmicos sub-regionais para receber o sinal Internet do Portal (Brasil e México) e serviços como bases

de apoio; formular um projeto para iniciar, com caráter experimental, o serviço sem fio do sinal Internet do Portal mediante a rede elétrica (América Central, Caribe e Região Andina); negociar o estabelecimento de um centro regional com o ISTECH, na University of New Mexico, a fim de prestar apoio tecnológico adicional complementar gratuito; participar no estabelecimento do Instituto de Qualidade Educacional (Equador); a terceira edição do Prêmio de Inovações Educacionais; e o início de serviços especiais para alguns países e instituições.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

A CITELE, estabelecida pela Assembleia Geral em 1994, tem autonomia técnica no desempenho de suas funções, dentro dos limites estabelecidos pela Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), seu Estatuto e os mandatos da Assembleia Geral. Sua missão é facilitar e promover o desenvolvimento contínuo das telecomunicações no Hemisfério.

Como forma de seguimento e divulgação da Agenda de Conectividade para as Américas e do Plano de Ação de Quito, em 2005, foi realizado um estudo das iniciativas de conectividade e do andamento de sua implementação na região, em particular no que se refere à utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Com base nesse estudo, serão identificadas medidas concretas que requerem o apoio regional para definir as prioridades e estratégias da Segunda Etapa da Agenda de Conectividade para as Américas e do Plano de Ação de Quito.

A fim de atender à crescente necessidade de pessoal capacitado em telecomunicações, em 2005 a CITELE ofereceu 15 cursos (10 à distância e 5 presenciais) sobre política, regulação, gestão e tecnologia de telecomunicações, concedendo mais de 249 bolsas de estudo em toda a região. A CITELE conta com 16 Centros Regionais de Capacitação e coordena seus trabalhos com o Centro de Excelência para as Américas da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Em 2005, foi publicado o Livro Azul sobre Políticas de Telecomunicações para as Américas, um empreendimento conjunto da CITELE e da UIT, que servirá de referência para proporcionar descrições e informações objetivas sobre políticas de telecomunicações e assuntos relativos à regulação, incluindo as dificuldades e oportunidades que apresenta o desenvolvimento das TIC. Foi concluída também o portfólio técnico sobre Análise dos Aspectos Econômicos do Serviço Universal nos países da região com informação que ajudará os países a participar na economia e na sociedade mundiais da informação.

Empreendeu-se também a elaboração de estudos sobre os seguintes temas estratégicos para a região: Estrutura de custos dos serviços de telecomunicações; Estudo metodológico sobre a influência que tem o custo do capital sobre a estrutura de custos dos serviços de telecomunicações; Estudo sobre os aspectos econômicos do acesso de pessoas portadoras de deficiência às comunicações, para que os operadores introduzam sistemas que possibilitem o acesso da população, e Segurança Cibernética.

Foram também levadas a cabo importantes pesquisas técnicas sobre como melhorar o acesso às telecomunicações. Merecem destaque os trabalhos de identificação da situação atual do uso de frequências radioelétricas, para elaborar recomendações para a harmonização do uso do espectro para os serviços de radiocomunicações terrestres fixos e móveis. Em particular, foram aprovadas recomendações sobre disposições de bandas de frequências para as IMT-2000, sobre o uso das bandas de 400 MHz para serviços fixos e móveis, particularmente em áreas de baixa densidade populacional e sobre dispositivos de acesso sem fio que funcionem na gama de 5 GHz.

Quanto à coordenação de normas técnicas, merece destaque a aprovação da norma coordenada do Protocolo de Controle de Iniciação de Sessão SIP, que constitui a base de uma arquitetura de comunicações multimídia baseada na Internet.

Concluiu-se a elaboração de um CD sobre aspectos técnicos e regulamentares relativos aos efeitos das emissões eletromagnéticas não ionizantes para ajudar o público a entender os alcances deste importante tema. Este CD será distribuído em breve.

O satélite é um dos meios mais adequados para alcançar regiões que carecem de acesso terrestre, permitindo, portanto, a integração geográfica. Com o objetivo de facilitar a prestação de serviços de satélite, foram aprovados procedimentos para a concessão de licenças de estações terrestres em bloco ou genéricas e procedimentos que as administrações da CITEEL poderiam utilizar para autorizar o uso das estações terrestres de barco (ESV) nas bandas 5925-6 425 MHz e 14,0 -14,5 GHz. Foi também atualizada a situação regulamentar dos sistemas de satélites na região.

A radiodifusão de televisão digital terrestre oferece novas formas para acessar e compartilhar informação. Terminou-se a preparação de um “Guia de radiodifusão terrestre digital nas Américas”. Esta publicação apoiará o efeito multiplicador de um processo de conversão ordenado de um sistema de televisão analógico para um sistema digital.

Para melhorar as condições de introdução de produtos ao mercado tanto em termos de custos como do tempo requerido, deu-se prosseguimento aos procedimentos de harmonização dos processos de Avaliação da Conformidade na região, realizando em outubro de 2005 um workshop em nível internacional para analisar o alcance destes procedimentos. Está bem adiantada a atualização do Livro Amarelo sobre este tema.

Estão sendo elaborados relatórios sobre os seguintes temas de prioridade para os países: Porta-Fólio Técnico “Portabilidade de Números”; Porta-Fólio Técnico “Tecnologias de Banda Larga”; Políticas de Atribuição de Endereços IPV; Estudo sobre SPAM; Preparação de posições comuns do Hemisfério para reuniões internacionais.

Uma das prioridades da CITEEL é a prestação de apoio à obtenção de pontos de vista harmonizados na região. Atualmente, estão muito adiantados os preparativos para a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações (CMDT) (Catar, março de 2006) e da Conferência de Plenipotenciários (Turquia, novembro de 2006). Estas conferências internacionais têm especial importância porque têm como propósito adotar, em escala mundial, programas de desenvolvimento da UIT, estratégias de trabalho e futura gestão.

Em 2003, deu-se início à preparação da Conferência Mundial de Radiocomunicações (CMR) da UIT, a realizar-se 2007, na qual serão considerados cerca de 30 temas, entre os quais merecem destaque: progresso das novas técnicas de modulação e estudos que têm por objetivo definir critérios de compartilhamento e procedimentos de coordenação e notificação de redes de satélite.

Está também sendo estudado o Regulamento de Telecomunicações Internacionais com vistas à Conferência Mundial das Telecomunicações Internacionais (CMTI) programada para 2007.

No que se refere ao intercâmbio de informação e de melhores práticas para poder fazer face às mudanças no ambiente das telecomunicações, em 2005 foram realizados oito workshops, que contribuíram para divulgar conhecimento especializado sobre tecnologias de ponta. Além disso, continuou-se a divulgar o Boletim Eletrônico mensal “info@CITEEL”. Até fevereiro de 2006, foram publicados 146 artigos e 124 notícias de países. Em matéria de acordos, a CITEEL tem 16 Acordos de Cooperação em temas de interesse comum para evitar a duplicação de esforços e reduzir o tempo de solução de conflitos.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE PORTOS

A Comissão Interamericana de Portos (CIP) foi criada pela Assembléia Geral e teve sua hierarquia funcional estabelecida pela Ordem Executiva N° 05-13 rev. 1. Tem por finalidade servir de foro interamericano permanente dos Estados membros da Organização para o fortalecimento da cooperação na área do desenvolvimento do setor portuário, com a efetiva participação e colaboração do setor privado.

A fim de alcançar os objetivos fixados e responder aos desafios do setor portuário, bem como dar cumprimento ao Plano de Ação da CIP 2004-07, a Secretaria realizou e apoiou a execução das atividades a seguir relatadas.

Fortalecimento do diálogo portuário interamericano

A CIP constitui a única instância de diálogo entre as mais altas autoridades governamentais portuárias das Américas, o que é fundamental para o encaminhamento do cumprimento dos mandatos da Assembléia Geral, da Reunião de Ministros da Iniciativa de Transportes do Hemisfério Ocidental (ITHO), da Cúpula das Américas e de outros foros do setor no nível hemisférico. Para essa finalidade a Secretaria organizou e promoveu a realização da Quarta Reunião da CIP (Maracaibo, setembro de 2005) e simultaneamente das reuniões de seus Comitês Técnicos Consultivos: Segurança Portuária; Operações Portuárias; e Controle da Navegação e Proteção Ambiental. Organizou e promoveu também a Sétima Reunião do Comitê Executivo e seus subcomitês: Política e Coordenação; Planejamento e Gestão Portuária; Estatística, Custos e Tarifas; Desenvolvimento de Portos para Cruzeiros de Turismo; Desenvolvimento de Portos Fluviais e Lacustres; Treinamento; e Desenvolvimento Portuário Regional (Houston, dezembro de 2005). Finalmente organizou e promoveu uma reunião adicional do Subcomitê de Planejamento e Gestão Portuária (Washington, D.C., abril de 2005).

Cooperação para o desenvolvimento portuário interamericano

Para facilitar a modernização e o desenvolvimento dos portos do Hemisfério foram executadas as atividades abaixo descritas.

- Treinamento. Trata-se da atividade prioritária de cooperação da CIP. A Secretaria planejou, programou e executou atividades, bem como realizou gestões para a captação de recursos externos complementares necessários à execução das seguintes atividades: Seminário sobre Planejamento Portuário Estratégico (Manzanillo, México, abril de 2005); Seminário Regional sobre Reforma e Modernização Portuária (Guaiaquil, junho de 2005); Seminário sobre Concessões de Terminais Portuários (São Domingos; julho de 2005); Seminário de Reforma e Tarifas Portuárias (São Domingos, setembro de 2005); Seminário sobre a Participação da Mulher no Setor Portuário do Hemisfério (Maracaibo, setembro de 2005); Décimo Curso Ibero-Americano de Gestão Portuária (Madri, setembro/outubro de 2005); Sexto Curso Ibero-Americano sobre Tecnologia, Operações e Gestão Ambiental Portuária (Santander, Espanha, setembro/outubro de 2005); Seminário sobre Planejamento e Desenvolvimento Portuário (Santa Fé, Argentina, novembro de 2005), Seminário sobre Reformas Estratégicas para a Modernização Portuária (Houston, dezembro de 2005); e Curso sobre Gestão Portuária (São Domingos, fevereiro de 2006).
- Assistência técnica especializada. Prestou-se assessoramento à Autoridade Portuária Dominicana (APORDOM) na preparação de projetos de cooperação portuária para a captação de recursos externos e à Autoridade Portuária Nacional do Peru na gestão de projetos de cooperação

portuária. Também se assessorou a Autoridade Portuária de El Salvador na preparação dos termos de referência de um projeto portuário nacional.

- Acordo de Cooperação e Assistência Mútua entre as Autoridades Portuárias Interamericanas. A Secretaria continuou a divulgar e a promover o Acordo, que estabelece a estrutura jurídica para essa cooperação, aprovada pela Comissão em 2001. Em 2005, o Panamá e Trinidad e Tobago aderiram ao Acordo, chegando a 19 o número de países signatários, ao passo que o México e o Equador o ratificaram, como anteriormente haviam feito a Argentina e o Peru. Com isso, o Acordo, que entrou em vigor em 5 de março de 2004, passa a vigor para esses países membros.
- Cooperação com outros organismos internacionais. A Secretaria se empenhou em aumentar a cooperação mútua com outros organismos internacionais relacionados com a atividade portuária. Para isso, manteve os memorandos de entendimento assinados entre a Secretaria-Geral e o Órgão Público de Portos do Estado da Espanha bem como com a Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA), o que possibilitou a execução de diversas atividades regionais de interesse mútuo. Além disso, foram assinados memorandos de entendimento com a Associação Internacional de Portos (IAPH) (outubro de 2005) e com a Associação Internacional de Navegação (PIANC), Seção dos Estados Unidos (dezembro de 2005), a fim de conjugar esforços na capacitação, assistência técnica, participação em eventos e intercâmbio de melhores práticas. Finalmente também foram estabelecidos vínculos de cooperação com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), mediante resolução da CIP (dezembro 2005), e vem sendo planejada a assinatura de memorandos de entendimento com a RETE e com a AIPPYC.
- Apoio a instituições portuárias marítimas. A Secretaria também apoiou os esforços de outras entidades nacionais, regionais e globais que se ocupam dos temas portuários e, nesse sentido, participou de seus eventos, colaborando com exposições técnicas, elaborando documentos de discussão e prestando assistência na promoção de suas reuniões e conferências, ressaltando as realizações com o Banco Mundial, a Comissão Centro-Americana de Transporte Marítimo (COCATRAM), a Comunidade Andina de Nações (CAN), a Comunidade do Caribe (CARICOM), a Caribbean Shipping Association (CSA), a Corporação Andina de Fomento (CAF), a Organização Marítima Internacional (OMI) e a Reunião de Empresários Portuários do Istmo Centro-Americano (REPICA), entre outros.

Divulgação e promoção dos portos das Américas e da CIP

A Secretaria também divulgou e prestou informações sobre os principais portos dos países membros e sobre as atividades da CIP utilizando-se dos seguintes meios: i. portal da CIP (www.oas.org/cip) que reúne informações dos países membros, suas autoridades portuárias, seus portos e seus projetos de desenvolvimento setorial, bem como do conjunto de projetos e atividades da CIP; ii. Revista da CIP: publicação com distribuição global em dois idiomas (espanhol e inglês) e três números anuais, que divulga e promove as atividades da Comissão e ensaios escritos por autoridades portuárias e especialistas sobre temas especializados e projetos de interesse setorial; iii. Boletim informativo: documento eletrônico distribuído em âmbito global cinco vezes por ano, com informações sobre as principais atividades dos portos e da CIP, bem como sobre outras entidades regionais com as quais foram estabelecidas linhas de cooperação; iv. consultas: atendimento de solicitações de informação, por via eletrônica, sobre os portos do Hemisfério e as atividades da Comissão; e v) documentos, estudos e outros materiais técnicos especializados. Produção desses trabalhos sobre portos do Hemisfério e temas relevantes do setor portuário.